



OURO, PRATA OU BRONZE?

Teaching Excellence Framework e avaliação da qualidade do ensino

TEF resulta numa classificação de cada instituição que não retratará a situação de cada curso no interior dessa instituição e que só muito marginalmente é indicativa da qualidade de ensino

ACADÉMICOS, INVESTIGADORES E... PROFESSORES!

Se é verdade que os académicos foram desde sempre professores, é também verdade que a prioridade da maioria é desenvolver investigação e contribuir para o avanço da sua área científica. É precisamente a associação entre ensino e investigação, enquanto principais funções dos docentes do ensino superior, que os distingue dos professores do ensino básico e secundário, conferindo especificidades a estes dois grupos de docentes em termos de funções, práticas e identidades profissionais. Com efeito, no plano normativo os estatutos da carreira docente estabelecem que as funções dos professores, tanto no ensino universitário como no ensino politécnico, abrangem a prestação de serviço docente a par da realização de atividades de investigação, bem como a participação em tarefas de extensão universitária e de gestão das instituições de ensino superior (ver a propósito o Artigo 4º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e o Artigo 2º do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico).

Contudo, nas instituições de ensino supe-

rior é primordialmente a publicação científica e o desenvolvimento de projetos de investigação que conferem prestígio aos académicos e que constituem um elemento crucial para a distinção de cada universidade e politécnico. A popularização da expressão “publica ou perece”, em tradução da versão inglesa “*publish or perish*”, é um testemunho da pressão constante de que os académicos são alvo no sentido de aumentar a sua produtividade científica segundo lógicas que frequentemente privilegiam a quantidade de publicações e atividades, em detrimento da respetiva qualidade e relevância. Mais recentemente difundiu-se uma outra expressão – “ganha visibilidade ou desaparece” em tradução de “*get visible or vanish*” – que reforça as pressões sentidas pelos académicos impelindo-os não só a incrementar a produtividade científica, mas também a investir na disseminação e publicitação constantes desta vertente do seu trabalho.

Em paralelo, vários indícios de uma maior atenção e preocupação com questões pedagógicas no ensino superior têm vindo a ser notórios nos últimos anos. O Processo de Bolonha terá contribuído para tal ao preconizar a continuação da expansão do ensino superior e a importância de centrar o ensino no próprio aluno, anunciando no caso português uma “mudança do paradigma de ensino de um modelo passivo, baseado na aquisição de conhecimentos, para um modelo baseado no desenvolvimento de competências” (Decreto-lei nº 74/2006).

Também no plano das orientações de política supranacionais, a Comissão Europeia vem recomendando, pelo menos desde 2013, que o ensino deve ter tanta importância quanto a investigação nas instituições de



MARIANA GAIO ALVES

ensino superior europeias, defendendo que a formação pedagógica dos docentes é uma prioridade que deve ser apoiada, promovida e recompensada¹. Nesse âmbito defende-se que, tal como sucede com os professores do ensino básico e secundário, os docentes do ensino superior devem ter formação pedagógica e reconhece-se um paradoxo: é obrigatório para os primeiros frequentar cursos que os habilitem para o exercício da profissão, sendo esses cursos lecionados por docentes do ensino superior que ensinam sem terem tido, necessariamente, formação pedagógica prévia!

A multiplicação recente de grupos de trabalho, projetos, prémios e ações de formação que se focam nos aspetos pedagógicos constitui, igualmente, um indício da importância que progressivamente vem sendo conferida ao ensino nas universidades e politécnicos em vários países. Estas iniciativas são promovidas pelos próprios académicos, bem como no âmbito de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis das instituições, sendo que em qualquer dos casos todas contribuem para repensar e valorizar o ensino enquanto uma das funções dos docentes do ensino superior.

Neste contexto, é pertinente conhecer o TEF (*Teaching Excellence Framework*) que surgiu no Reino Unido em 2016, pois trata-se de uma iniciativa governamental que visa incentivar o ensino de excelência e qualidade, fornecendo informação adequada sobre esse ensino para apoiar escolhas informadas pelos estudantes relativamente aos cursos e instituições que pretendem frequentar. O TEF é apresentado como equivalente ao REF (*Research Excellence Framework*), que sob a designação inicial de RAE (*Research Assessment Exercise*) teve início na década de 1980, o qual pretende promover e assegurar a qualidade e excelência da investigação científica desenvolvida no Reino Unido. Nos documentos² que apresentam o TEF preconiza-se, tal como acontece com o REF, que o ensino (à semelhança da investigação) deve ser financiado com base na qualidade e excelência. Assim sendo, importa aferir em que medida o TEF pode ser considerado um instrumento adequado para avaliar a qualidade do ensino que, simultaneamente, disponibiliza informação relevante para as

escolhas dos estudantes e influencia o financiamento das instituições.

COMO SURTIU E O QUE É O TEACHING EXCELLENCE FRAMEWORK ?

O ensino superior tem sido marcado, ao longo das últimas décadas e nos vários países, por uma tendência de expansão significativa do número de alunos, professores e instituições, a qual envolve a diversificação de funções e modelos institucionais. No caso do Reino Unido os dados mais recentes indicam que 52% dos jovens adultos (25 a 34 anos) estudaram no ensino superior, o que é um valor claramente acima do que se verifica em média nos países da OCDE (43%) e da União Europeia (40%)³. Na década de 1990 foi abolido o sistema binário no ensino superior deixando de se diferenciar entre universidades e politécnicos, ainda que algumas universidades continuem na atualidade a ser identificadas como “antigos politécnicos”. É também de destacar o aumento progressivo que, em especial desde os anos 1990, se tem vindo a verificar nos custos para os alunos com a inscrição e frequência no ensino superior.

A expansão do ensino superior, a abolição da respetiva estrutura dual e o aumento dos custos para os estudantes, são apontadas como as principais razões para as autoridades nacionais decidirem implementar o TEF; o qual é adicionalmente entendido como um instrumento fundamental para permitir aos estudantes fazerem as melhores e mais adequadas escolhas com base em informação sobre a qualidade do ensino.

No quadro do TEF procura-se reunir informação sobre três grandes aspetos: Qualidade do Ensino, Ambiente de Aprendizagem, Resultados dos Alunos e Ganhos de Aprendizagem. Para tal recorre-se a dados obtidos através de questionários aplicados a nível nacional aos estudantes para aferir os seus níveis de satisfação (*National Student Satisfaction Survey*) e aos diplomados para caracterizar os seus per-

“...pelo menos desde 2013, que o ensino deve ter tanta importância quanto a investigação nas instituições de ensino superior europeias, ...”



1 Pode consultar-se, a propósito, o relatório “Improving the quality of teaching and learning in Europe’s higher education institutions” produzido pelo “High Level Group on the Modernisation of Education” acessível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/reports/modernisation_en.pdf

2 Pode consultar-se, a título de exemplo, o documento “Success as a Knowledge Economy: Teaching Excellence, Social Mobility and Student Choice”, Department for Business, Innovation and Skills, UK; May 2016

3 Dados referentes a 2016 retirados de: OECD (2017), Education at a Glance 2017: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris.



cursos de inserção profissional (*Destinations of Leavers of Higher Education*), bem como a outros dados fornecidos por cada instituição incluindo os que permitem considerar o abandono e o perfil sociodemográfico dos alunos. As decisões finais resultam da ponderação de toda a informação relativa a cada instituição por parte de um painel de peritos que inclui académicos, estudantes e empregadores.

O resultado da avaliação no âmbito do TEF é expresso na atribuição de uma medalha - de bronze, prata ou ouro - a cada instituição, numa evidente analogia com as competições desportivas que espelha uma lógica de competitividade entre cursos e instituições, configurando o futuro estudante como um consumidor que necessita deste tipo de informação para escolher racionalmente a melhor (por que mais medalhada?!) universidade. Adicionalmente, a participação no TEF poderá vir a ser uma condição necessária para obter autorização para aumentar o valor das propinas. Os primeiros resultados foram divulgados em 22 de junho de 2017 com base na oferta a nível de licenciatura de 134 instituições de ensino superior, verificando-se que 43 dessas instituições receberam uma medalha de ouro, 67 a de prata e 24 a de bronze. A divulgação destes resultados suscitou muita controvérsia que revela críticas e resistências à implementação do TEF por parte de responsáveis das instituições, académicos e estudantes.

Várias universidades consideradas de topo no Reino Unido não obtiveram a medalha de ouro incluindo a maioria das cerca de 20 que integram o *Russel Group* que é um conjunto de instituições reunidas pelo compromisso de desenvolver investigação de excelência, proporcionando experiências excecionais de ensino-aprendizagem e estreitas ligações com as empresas e o setor público. Por isso, os responsáveis deste *Russel Group* afirmam que o TEF não mede adequadamente a qualidade e expressam várias preocupações sobre a respetiva operacionalização. Para além deste grupo que afirma reunir as instituições de topo do Reino Unido, outras universidades ameaçam mesmo vir a boicotar o TEF receando que origine danos na reputação das instituições que não compensam os parcos potenciais ganhos que poderão obter com a participação neste exercício.

Já entre os estudantes, 25 associações representativas dos mesmos decidiram em 2017 boicotar a *National Student Survey* fazendo baixar significativamente as taxas de respostas e, conseqüentemente, a representatividade dos dados obtidos através destes questionários, porque consideram que os resultados do TEF não devem estar associados aos valores das propinas. Pelo lado dos académicos, a *University and College Union* (que representa mais de 111.000 professores, investigadores e pessoal não-docente do Reino Unido) defende que o TEF deve ser abolido por não ter o apoio da comunidade académica e dos estudantes, argumentando que para elevar a qualidade do ensino é cada vez mais premente que as autoridades nacionais contribuam para a melhoria das condições de trabalho nas universidades com destaque para a importância do combate à precariedade.

“Qualidade do Ensino, Ambiente de Aprendizagem, Resultados dos Alunos e Ganhos de Aprendizagem.”

TEACHING EXCELLENCE FRAMEWORK: QUE RESPOSTAS SOBRE O QUÊ?

O TEF surge como uma iniciativa governamental que visa promover a qualidade e a excelência do ensino, conferindo maior visibilidade e importância a esta vertente no quadro das funções dos académicos e das instituições de ensino superior. Pode considerar-se, por isso, que é uma resposta a críticas que em vários países se têm tornado cada vez mais fortes relativamente à escassa relevância atribuída à atividade de ensinar entre os académicos e nas instituições de ensino superior. Mas que ilações podemos retirar desta resposta?

Um conjunto de críticas apontadas ao TEF remete para a fiabilidade dos respetivos resultados associada à qualidade das amostras e dos instrumentos e procedimentos de recolha de dados. Inclusivamente, levanta-se a questão da validade dos resultados pelo facto de os dados que apoiam uma determinada medalha de ouro, prata ou bronze institucional se reportarem a respostas de estudantes e diplomados sobre as respetivas experiências



FOTOGRAFIA: FREEPIK

alguns anos antes, retratando situações que podem já não se verificar.

Contudo, o que se afigura ainda mais premente no balanço crítico sobre o TEF é questionar em que medida reflete a qualidade e a excelência de ensino. Existe excelência e qualidade de ensino quando os estudantes se manifestam satisfeitos, ainda que nada se saiba sobre as aprendizagens relevantes que possam ter (ou não) realizado? Existe excelência e qualidade de ensino quando os estudantes alcançam situações de inserção profissional favoráveis, se bem que tal dependa de uma multiplicidade de fatores (nomeadamente económicos, pessoais e sociais) de entre os quais o ensino é apenas um dos elementos a considerar? Uma hierarquização de universidades em função de um referencial comum a todas configura um modo adequado de avaliar excelência e qualidade de ensino? A resposta a estas três perguntas é negativa, pois a questão a colocar não deveria ser a de que qualidade e excelência têm os cursos e as instituições, mas sim a do que se faz nesses cursos e instituições para continuamente promover a qualidade e a excelência. Simultaneamente, importa sublinhar que qualidade e excelência no ensino podem assumir sentidos e significados tão diversos quanto variadas são também as características e os recursos das universidades, bem como os perfis dos respetivos estudantes, académicos e outros profissionais.

Consequentemente, o TEF resulta afinal numa hierarquização de instituições que não retrata nem a situação de cada curso no interior de dada instituição, nem a da própria instituição, pois só muito marginalmente é indicativa da qualidade e excelência de ensi-

no. Ora, se recordarmos que o TEF tem também como intenção disponibilizar informação relevante sobre qualidade e excelência de ensino para apoiar as escolhas dos estudantes e as decisões sobre financiamento das instituições de ensino superior, concluímos que não cumpre esse objetivo.

Por fim, saliente-se que ao resultar na atribuição de um medalha de ouro, prata ou bronze, o TEF enquadra-se na lógica de mercantilização que caracteriza o ensino superior no Reino Unido, onde os rankings de cursos e universidades assumem um papel central tendendo a transformar os estudantes em consumidores de educação e os professores em prestadores de serviços educativos. Estas expressões de “mercado” e “consumidor” são, aliás, recorrentes nos documentos nacionais de orientações políticas para o ensino superior no Reino Unido, incluindo os que dizem respeito ao TEF.

O boicote dos estudantes e a oposição do sindicato representativo dos docentes, investigadores e não-académicos relativamente ao TEF, juntamente com as numerosas greves que em 2018 paralisaram dezenas de universidades inglesas, são indícios muito fortes de profundo descontentamento neste setor no Reino Unido. Entre os académicos ingleses, a intensidade que vêm assumindo os debates e a multiplicação de pesquisas sobre “liberdade académica” e sobre o ensino superior enquanto “bem educativo público” é também reveladora do profundo descontentamento com o atual modelo de funcionamento, sinalizando a premência de valorizar quadros de referência alternativos para pensar a universidade e para ensinar nas universidades. •